



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

### POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Vanice Aparecida Alves<sup>1</sup>

Caroline Rigotti de Brito<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social e tem como proposta apresentar parte de uma reflexão teórica sobre a população em situação de rua. Para isso, buscaremos contextualizar o surgimento dessa população no período pós Revolução Industrial (no contexto Americano) e o período Escravocrata no Brasil e sua correlação com as relações de trabalho.

**Palavras-chave:** População em situação de rua, Abolição da escravidão, Capitalismo.

**Abstract:** This article is the result of the Work of Conclusion of Course in Social Work and has as its proposal to present part of a theoretical reflection about the population in the street situation. For this, we will seek to contextualize the emergence of this population in the post Industrial Revolution period (in the American context) and the Slavery period in Brazil, and its correlation with labor relations.

**Keywords:** Street population, Abolition of slavery, Capitalism.

#### Introdução

O presente artigo busca refletir sobre a gênese da população em situação de rua, tendo como referência o período pós Revolução Industrial em particular no contexto Americano e o período Escravocrata no Brasil, compreendendo as relações de trabalho como categoria fundante para o surgimento do que hoje denominamos *população em situação de rua*.

No entanto, cabe ressaltar que os(as) autores(as) pesquisados(as) não definem uma data exata sobre a gênese da população em situação de rua, mas, a partir de suas análises, identificamos alguns acontecimentos, nos quais nota-se um crescimento dessa população decorrente de diferentes fatores, em particular no período pós Revolução Industrial, que atinge todos os países.

Tanto que, com as mudanças no modo de produção, vamos ter o crescimento das denominadas “populações excedentes”, que segundo Snow e Anderson (1998) devido ao desemprego, os desastres naturais entre outros fatores, contribuíram com o aumento da população em situação de rua, pois observa-se que ela começa a ocupar os espaços

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Paulista, E-mail: vanice.alves@docente.unip.br

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Paulista, E-mail: vanice.alves@docente.unip.br

públicos para sobreviver, sendo chamados na época de andarilhos, vadios e moradores de rua.

Nota-se que a condição de “moradores de rua” advém do fato de estarem à margem das relações de trabalho da época, fruto do processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, que produziu o desemprego em massa, fazendo com que essa população começasse a aumentar de forma significativa e ocupar as ruas das cidades.

Já na conjuntura brasileira, diferente de outras sociedades, identifica-se que o surgimento desse fenômeno de acordo com Fernandes (2008) se dá com a Abolição da Escravidão, em que os negros, recém libertos, disputavam sua mão de obra com os imigrantes e, na maioria das vezes, sobravam-lhes as condições piores de trabalho e de vida, numa sociedade em transformação “modo de produção”. Em consequência desse processo, o Brasil vivencia uma população sobrando nas ruas das cidades, em particular a população negra, que desde à abolição apresenta “oportunidade” desigual de acesso.

### **1. A gênese da população em situação de rua**

Para compreender a gênese da população em situação de rua, propomo-nos a analisar a princípio o surgimento deste fenômeno durante o período de 1980, nos Estados Unidos, influenciado, entre tantos fatores, pelo pós Revolução Industrial.

Para contextualizar o cenário Americano, consideramos a análise dos autores Snow e Anderson (1998) que, embora assinalem que o provável surgimento da população em situação de rua tem sua origem no contexto da Europa Ocidental, em meados do século XVII, como resultado das cidades pré-industriais. No entanto, nossa análise parte do contexto Americano, demarcando pelo surgimento desse fenômeno em meados da década de 80 nos Estados Unidos. Em contrapartida, contextualizaremos aqui, no Brasil, em meados do século XIX, com a Abolição da Escravidão em 13 de Maio de 1888<sup>3</sup>, que marca o destino tomado pelos escravos: Para onde foram? Como se alocaram na sociedade?

Cabe assinalar que os autores encontrados no levantamento bibliográfico não especificam uma data exata do surgimento da população em situação de rua, mas podemos encontrar em suas análises o crescimento diante dos acontecimentos históricos como: desastres naturais, o período pós Revolução Industrial e desemprego, entre tantos outros acontecimentos que contribuem para a origem desse fenômeno.

No que diz respeito à Revolução Industrial, que trata da mudança dos processos de produção manual, para o uso das máquinas, que marca o contexto produtivo como uma

---

<sup>3</sup> Compreende-se que a Abolição da Escravatura no Brasil, é fruto de resistência da população negra (pouco discutida nas literaturas da história do país) e ao mesmo tempo em que expressou a se inserção do país, nas transformações em âmbito mundial, tanto que entre os países do continente americano, o Brasil foi o último a abolir o trabalho escravo. E isso, marca a nossa formação histórica e a trajetória da população negra, que apesar de “livre”, ainda luta cotidianamente.

estratégia criada para favorecer o mercado, uma vez que com a troca do trabalho manual para as máquinas, os “empresários” reduziram os gastos com os encargos trabalhistas (ainda que nessa época fosse pouco, ou nenhum) e influenciaria sobre o lucro da produção.

Nesse processo, os trabalhadores foram tornando-se assalariados e começaram a sofrer com as drásticas imposições feitas pelo mercado, alcançando horas de trabalho excessivas e sem descanso, colocando em risco a saúde desses trabalhadores, entre eles homens e mulheres, idosos e até mesmo crianças em função do lucro. Essa reestruturação resultou no surgimento da divisão social do trabalho, em que o operário agora era responsável por uma parte da produção e não mais o processo todo.

Sobre essa reestruturação, Marx (1888) *apud* Silva (2006) conceitua, como o surgimento de um novo sistema econômico, o sistema capitalista, a partir do foco na acumulação de capital, responsável pela divisão social de classes: a burguesia e o proletariado. Assinala que o sistema capitalista tem em suas marcas, as crises internas e muita luta de trabalhadores contra as condições estabelecidas nos processos de produção e, com isso, segundo os registros, começam as primeiras organizações de movimentos sociais pela sociedade.

No que diz respeito aos processos de produção, cabe apontar que nem todos conseguiram ser absorvidos pelo sistema. Dessa forma, houve o crescimento das “populações excedentes” na sociedade, ao qual nos deparamos com a análise dos autores Snow e Anderson (1998) que apontam que o desemprego, os desastres naturais entre outros fatores, contribuíram com o aumento desta população, que já começava a se ocupar dos espaços públicos, como forma de subsistir e foram sendo denominados naquela época pela sociedade como *andarilhos, vadios e moradores de rua*.

Para refletirmos sobre o surgimento dessa população, utilizaremos os autores Snow e Anderson (1998) que assinalam que sua gênese tenha ocorrido por volta de 1980, em Austin, no Texas, na qual identificamos um conjunto complexo de elementos que contribuíram para que as pessoas se tornassem pessoas em situação de rua.

Algumas pessoas se tornavam moradores de rua devido a desastres de massa como terremotos, inundações ou furacões. Outros são moradores de rua, porque o tipo de trabalho que os obriga a migração perpétua. Alguns enfrentam o desabrigo quando fogem de seus países por questões políticas ou econômicas. E outros ainda confrontam o desabrigo quando mudanças os empurram para as ruas. Cada um desses grupos vivencia um grau de desabrigo, mas a natureza dessas experiências muitas vezes varia consideravelmente entre eles. (SNOW; ANDERSON, 1998, p.23)

“*Ser morador de rua*”, como assinalam os autores, levava a população a viver nas chamadas “zonas marginais”, isto é, um lugar onde se concentravam os indivíduos que sofreram alguma variação em decorrência das relações sociais e não conseguiam se

apresentar perante a sociedade, de acordo com a realidade das demais pessoas daquela época e assim, não “poderiam” conviver em sociedade.

[...] era principalmente considerada a parte da cidade mais pejorativa [...]. Quadrinhos de jornais do período frequentemente retratavam os homens da zona marginal como desajustados sociais e degenerados alcoólatras [...] Como um bairro geograficamente distinto, a zona marginal segregava especialmente os derrotados estigmatizados do resto da comunidade [...]. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 40)

Observa-se que a existência da população em situação de rua, traz uma reflexão sobre a desigualdade presente na sociedade, bem como a condição de vulnerabilidade social, a qual estão inseridos. No contexto que se apresenta, compreenderemos o quanto o processo de reconhecimento e ‘inserção’ da população em situação de rua na sociedade ocorreu de forma lenta, trazendo prejuízos a essa população em específico.

Nota-se que o sistema que vinha se desenvolvendo na sociedade começava a ganhar força sobre as relações de produção e pelo fato de muitos trabalhadores não conseguirem estabelecer vínculos dentro do mercado de trabalho, que apresentava mudanças, seja devido às exigências deste ou por não serem absorvidos, representavam a denominada “população excedente”, o que a autora Silva (2006) assinala como um fator que nasce a partir das relações sociais-trabalho do sistema capitalista.

Essa é a maior expressão do domínio capitalista sobre o trabalhador. Portanto, a reprodução do **fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa; excedente a capacidade de absorção pelo capitalismo.** (SILVA, 2006, p. 75. Grifo nosso).

Assim, essa superpopulação relativa também pode ser identificada como “exército industrial de reserva” que na concepção de Marx (1988) *apud* Silva (2006) denominou-se o pauperismo que: “Constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva.” (MARX, 1988, p. 747 *apud* SILVA, 2006, p. 20).

As condições postas aos “moradores de rua” que estavam à margem das relações de trabalho da época, devido ao processo de industrialização, por conseguinte o desemprego em massa influenciou para que essa população começasse a se desenvolver em particular com seu aumento expressivo sob as ruas das cidades.

Porém, em certo momento, essa população começava a ter um rumo na sociedade, após ser recrutada pelo Governo, como assinalam os autores Snow e Anderson (1998) que “[...] Durante a Segunda Guerra Mundial, a população da zona marginal quase desapareceu, chegando a seu ponto baixo em 1944 [...]” (SNOW; ANDERSON, 1998, p.54). Iniciou-se, neste contexto, um olhar mais cauteloso por parte do governo com essa população, já que muitos haviam trabalhado durante a guerra e, agora, receberiam algum auxílio para que pudessem proporcionar condições que lhe tirassem da situação em que viviam.

Embora a incidência de “moradores de rua” nas zonas marginais era consideravelmente menor, o preconceito com aquela população ainda influenciava sua existência e “[...] a zona marginal segregava especialmente os derrotados, estigmatizados do resto da comunidade [...].”(SNOW; ANDERSON, 1998, p. 40).

A partir deste breve resgate, podemos identificar o pilar da gênese da população em situação de rua, tem na sua espinha dorsal, nas transformações do modo de produção e no desenvolvimento da sociedade capitalista, que tem seu foco na produção dos lucros e menos nas consequências geradas por seu sistema perverso que deixa no limite as ruas das cidades como sobrevivência.

## **2. A contextualização da população em situação de rua na cidade de São Paulo: um recorte racial**

No cenário brasileiro, o surgimento desse fenômeno no Brasil, segundo a análise do autor Fernandes (2008), tem como ponto de partida a Abolição da Escravidão, em que os negros, então recém-libertos, fugiram para outras fazendas, a fim de encontrar refúgio na condição de ofertar a sua mão de obra, como troca para sua sobrevivência, já que estavam “libertos”. Porém, segundo o autor, havia uma disputa pelas ocupações nas fazendas “[...] com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército industrial de reserva [...]” (FERNANDES, 2008, p. 31) e a realidade ao qual se depararam, não era tão diferente quanto à situação que viviam antes da chamada “libertação”.

Assim, nota-se que a cena se revive no Brasil, a partir da população “sobrante”, à parte das relações do mercado de trabalho que, num processo gradativo, os negros vão ocupando-se dos espaços públicos e construções abandonadas, como meio de moradia.

Ainda, com base na análise de Fernandes (2008), no que diz respeito ao exército industrial de reserva, assinala que as relações de trabalho se expressavam em diferentes níveis de realidade, principalmente aos “ex-escravos”. Ou seja, enquanto as demandas do mercado eram relativamente baixas, ainda era necessária a aceitação de condições degradantes dos negros, para manterem-se no mercado. Em contrapartida, quando a produção já atingia outros níveis de maior demanda e consecutivamente maior necessidade de profissionais e melhor desenvolvimento econômico, as disputas para estar no mercado de trabalho eram ainda maiores e “Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-las”. (FERNANDES, 2008, p. 31).

Observa-se, nesse contexto, o quanto a população negra, desde a sua “libertação”, carrega marcar da exclusão no mercado de trabalho e do acesso à cidade, sobrando

naquele momento as condições degradantes de trabalho e(ou) as ruas das cidades como lugar limite de sobrevivência.

O autor acrescenta que a condição conturbada estabelecida através das relações da sociedade em particular, no contexto da cidade de São Paulo, mostra que o negro e o mulato, no que diz respeito aos meios de trabalho e sociais “[...] ***ficou à margem do processo***[...]” (FERNANDES, 2008, p. 34. Grifo nosso). O fato tem por influência, também, por que São Paulo naquela época “[...] aparecia como o primeiro centro urbano especificamente *burguês*” (FERNANDES, 2008, p. 34. Destaque conforme original) <sup>4</sup>caracterizado pela vinda de muitos estrangeiros e famílias de fazendeiros brancos, contribuindo com um embranquecimento da população da cidade.

Observa-se que a intensa imigração de brancos influenciou quanto à ocupação de negros e mulatos nos processos de trabalho, pois eram “empurrados” para os serviços braçais e degradantes ou então voltariam para as fazendas, estabelecendo contratos de trabalhos com “novos” senhores, como forma de sobreviver. Nesse contexto, travou-se uma luta entre os ex-escravos e os fazendeiros quanto à incorporação do “trabalho livre”, já que os brancos (fazendeiros) não precisariam mais se responsabilizar pelas burocracias de manter os escravos como “cativos”, agora eles trabalhariam em suas fazendas de acordo com as regras estabelecidas, sujeitando-se às condições muito parecidas das anteriores. Para tanto, aqueles que se “rebelavam” contra estas condições estariam sujeitos à própria sorte, como assinala o autor Fernandes (2008).

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhe aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”. (FERNANDES, 2008, p. 44)

Essa relação estabelecida entre negros, mulatos e imigrantes brancos permanece incessante por todo o processo de industrialização da capital paulista. As plantações de café eram os palcos dessas cenas de incorporação de brancos e desapropriação de negros dos processos de industrialização. Para os brancos, os processos de trabalho se tratavam de novas oportunidades de vida e, para os negros, um meio de subsistência incerto e degradante.

---

<sup>4</sup>Com relação ao termo utilizado pelo autor em particular “mulato”, cabe assinalar que compreendemos que o referido termo desconsidera a trajetória da população negra e reforça o processo racialismo. Arraes (2015) afirma que “A cultura brasileira tem uma forma complexa de lidar com questões raciais. Por causa da miscigenação, as pessoas aceitam como negra o discurso do ser “moreno”, recorrendo a outros eufemismos para adjetivar um a cor de pele que não é branca: cor de bombom, chocolate, cor de jambo, mulato, entre outras variações e apelidos. É difícil se declarar negro – primeiramente, pelo estigma social causado pelo racismo [...]”. (ARRAES, 2015)

Fernandes (2008, p. 54) aponta que o negro era visto como “culpado” da própria sorte e com a forte tendência de preferência dos imigrantes da época que estavam dispostos a aceitar as condições de trabalho (que não eram as mesmas dos negros). Em algumas áreas, nota-se que não havia negros no trabalho, mas, nos lugares em que a mão de obra era insuficiente, os ex-escravos serviram para desenvolver as produções. Nesse contexto, os negros que se recusaram a fazer parte desse processo, começaram a se deslocar em expressiva quantidade para outras áreas, fugindo da concorrência dos imigrantes.

Cabe ressaltar que, no Brasil, o “reconhecimento” da população que se desenvolvia e ocupava os espaços públicos urbanos que, a princípio, foram aglomerando-se em cortiços e favelas e, conseqüentemente, nas ruas, marcaram os *primeiros indícios do pauperismo*. Esse olhar direcionado por parte do governo e da sociedade não acontece como em outro contexto, e sim, de maneira contraditória, uma vez que a população negra foi sendo excluída do processo de desenvolvimento, em particular da capital paulista, e acabou sendo desconsiderada como elementos estruturantes da sociedade.

Fernandes (2008) acrescenta ainda o que chama “*déficit negro*”, considerado “[...] uma expressão de cadeia de ferro que se estabeleceu entre a situação social do negro ou do mulato e a pauperização” (FERNANDES, 2008, p. 122) que foi categorizado como parte do seu processo “normal” à integração do meio social. Contudo, o pauperismo e suas condições degradantes incidiram sobre a reprodução da população negra que estava vulnerável às doenças devido às condições precárias de moradia que construíram a partir de seus cortiços e “[...] representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência [...]” (FERNANDES, 2008, p.173). Condições precárias de higiene entre outros fatores também influenciavam sobre a realidade dessa população, conforme o autor assinala como sendo “[...] responsáveis pelo declínio de nascimento e pelo o aumento de óbitos, observado no seio de ambos os grupos.” (FERNANDES, 2008, p. 144).

Nota-se que a desapropriação do negro ao contexto estrutural da capital paulista foi algo que incidia além das relações de trabalho, mas ao ajuste da vida social desta população. De acordo com o que assinala Fernandes (2008) os negros “[...] não ficariam apenas à margem do processo de crescimento econômico, inerente à revolução urbana paulistana” (FERNANDES, 2008, p. 162), mas estariam à margem da organização social da cidade. De certa forma, não somente os negros sofreriam com as mudanças no mercado, pois começava a se configurar uma nova cena econômica brasileira, influenciada pela industrialização, que colocava os fazendeiros de café em um patamar bem abaixo do atual, pois agora o capitalismo começava a influenciar as relações de mercado, controlando a produção e com isso fez com que em específico na cidade de São Paulo, “[...] a produção

cafeieira perdesse o caráter de meio de acumulação de capital [...]”. (FERNANDES, 2008, p. 162)

Segundo o autor, como parte do processo de industrialização, as relações de disputa estabelecidas entre os negros, mulatos e os brancos dificilmente continuariam a acontecer, já que os imigrantes vinham gradativamente ocupando os espaços de trabalho e os negros e mulatos foram “[...] *automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos* [...]” (FERNANDES, 2008, p. 163. Grifo nosso). A vida da população negra tomou rumos cada vez piores, na mesma proporção que se tornavam “ex-escravos” e como não conseguiam se “ajustar à ordem social”, por vezes, partiam em grande quantidade, retornando às suas origens como forma de tentar ainda sobreviver, submetendo-se as condições de trabalho parecidas à época dos cativeiros. Outras partes da população que ainda permanecia na sociedade paulistana, tentando uma chance de ocupar alguma vaga no mercado, em geral, em serviços com quase nenhum pagamento e de muito trabalho desde que “[...] fossem “serviços de negros” [...]” (FERNANDES, 2008. p. 167 aspas conforme original).

Observa-se que era uma relação marcada pela precariedade, pela pobreza, e a ampla concorrência de mercado que os culpabilizava, colocando o negro e o mulato como responsável pela própria condição, de acordo com o que assinala Fernandes (2008) “[...] as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista [...]”. (FERNANDES, 2008, p. 35). Para tanto, ainda precisavam lutar pela sua vida e sobrevivência, já que deixaram à sua própria sorte a “[...] responsabilidade de se educar e de se transformar para corresponder a novos padrões e ideais de ser humano [...]” (FERNANDES, 2008, p.35).

[...] na medida em que se viam excluídos de tais formas de “ganhar a vida”, o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquela civilização. Ficaram condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do “escravo” e do “liberto”. (FERNANDES, 2008, p. 166)

Faz-se necessário considerar as relações estabelecidas nos dois contextos apresentados, a partir da desapropriação de populações (moradores de rua no contexto americano, negros e “mulatos” no contexto brasileiro), no que se refere às condições de mercado de trabalho, incidiram sobre a sua estigmatização por parte da sociedade, já que não “conseguiam” se “ajustar à ordem social” e se ocupavam dos espaços públicos, vivendo em condições precárias, extremamente degradantes.

Nota-se que este fenômeno surge ligado às mudanças no mundo do trabalho e sobre a organização das sociedades, que trata de uma realidade que se apresenta até os dias de hoje. Podemos supor que estar “dentro” do mercado de trabalho é como se o

indivíduo estivesse atrelado ao seu processo de *reconhecimento* na sociedade capitalista, já que desse sistema não temos como nos desvencilhar. Mas, na contramão deste processo, aqueles que “não fazem parte”<sup>5</sup>, sofrem as influências da exclusão social e ainda estão sujeitos a estigmatização por parte da sociedade.

Nesse contexto, a partir de Yamamoto (2000, p.27) compreendemos e reconhecemos a realidade da população em situação de rua na contemporaneidade como uma expressão da “questão social”, oriunda das relações capitalistas, que influenciou no processo de desapropriação do negro na estruturação da capital Paulista.

Portanto, nota-se que o desenvolvimento das sociedades ocorreu e vem ocorrendo a partir da desapropriação das parcelas da população pobre e vulnerável, tendo em vista que o desenvolvimento econômico tem influenciado diretamente na desapropriação destas populações à vida social.

### **Considerações Finais**

Refletir sobre a temática é um desafio, uma vez que a população em situação de rua traz à tona a própria dinâmica complexa das diferentes sociedades pesquisadas. Nesse percurso percorrido para a reflexão sobre a gênese da população em situação de rua, identificamos que seu ponto de partida foi as transformações no mundo do trabalho, em particular no modo de produção capitalista, que produziu e produz entre suas mazelas a população sobrando, que não farão parte “efetiva” do mercado de trabalho formal, pois ficaram as margens da sociedade, conforme identificamos em determinado contexto histórico.

Percebe-se que essa situação marca o lugar que ela ocupará e ainda ocupa nas sociedades, ou seja, as ruas das cidades e, o mais agravante, é que essa realidade não mudou, uma vez que o lugar ainda permanece na atualidade. Podemos supor que esse lugar definido para a população em situação de rua ainda carrega marcas históricas, como o preconceito, a segregação e o estigma.

No Brasil, não podemos desconsiderar que a população em situação de rua tem o recorte sócio-histórico da abolição da escravatura, o processo tardio do capitalismo, a segregação dos negros libertos e a negação de oportunidades no mundo do trabalho e de condições de vida, acarretando-lhe a vulnerabilidade em particular a situação de rua.

Por fim, cabe assinalar que este artigo não pretendeu esgotar a discussão dessa temática, mas refletir o quanto ainda temos um caminho a percorrer para dar visibilidade na questão da população em situação de rua, não perdendo de vista as categorias que se referem à questão: trabalho, racial, e escravatura brasileira.

---

<sup>5</sup>Compreendendo que não fazer parte também significar parte deste sistema.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Nem morena, nem mulata**. São Paulo: Geledés- Instituto da Mulher Negra. 8 mar. 2015 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nem-morena-nem-mulata/>> Acesso em 23 jun. 2019

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006\\_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf)> Acesso em: 20 ago. 2018

SNOW, David. ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998